

Casar-me por amor ou porque meu pai mandou?

Uma análise da representação do casamento em *Estrelas Propícias* (1863)

Bruna de Oliveira Sales¹

Resumo: Por muito tempo, o casamento foi associado à obtenção de vantagens para as famílias dos cônjuges, sendo as mulheres moedas de troca, assumindo uma posição submissa aos maridos. Após importantes marcos históricos como a Revolução Francesa, em 1789, alguns matrimônios passaram a ser celebrados não mais por conveniência, mas sim por amor, o que causou muitos conflitos familiares. Dessa forma, a partir do romance *Estrelas Propícias* (1863), do escritor português Camilo Castelo Branco, pretende-se analisar a representação do casamento, buscando entender como se davam as relações sociais em prol da obtenção de um casamento vantajoso para as famílias envolvidas, sem deixar de perceber a escrita camiliana, que tanto impacta a experiência de leitura.

Palavras-chave: Casamento. Camilo Castelo Branco. Mulheres. Século XIX.

Abstract: For a long time, marriage was associated with getting advantages for the spouses' families, with women being bargaining chips, assuming a submissive position to their husbands. After important historical milestones such as the French Revolution, in 1789, some marriages were no longer celebrated for convenience, but for love, which caused many family conflicts. In this sense, from the novel *Estrelas Propícias* (1863), by the Portuguese writer Camilo Castelo Branco, we intend to analyze the marriage representation, seeking to understand how social relationships were performed to obtain an advantageous marriage for the families involved, without failing to notice the Camillian writing, which has such an impact on the reading experience.

Keywords: Marriage. Camilo Castelo Branco. Women. 19th Century.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: b.oliveira2703@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1494-8487

Publicado em folhetins pelo *Comércio do Povo* em 1862 e em livro em 1863, *Estrelas Propícias* é uma das obras que compõem os “romances educativos”, conceito proposto por Jacinto do Prado Coelho (2002)². O referido pesquisador nota que os folhetins publicados nesse jornal têm um perceptível tom moralizante, que prega a obediência filial, honestidade, gratidão, entre outras virtudes. Por outro lado, Camilo Castelo Branco soube equilibrar doses de ironia e comentários ácidos.

Um dos temas abordados nesta narrativa é o casamento e suas consequências, e esse era um assunto caro à sociedade, pois o matrimônio era uma das poucas formas de ascender socialmente, além de toda a importância moral que essa instituição adquire ao longo dos anos, sobretudo após a Revolução Francesa³, em 1789. Partindo desse ponto, o casamento é visto como um divisor de águas na vida das pessoas, e neste romance isso não seria diferente.

Assim, o presente artigo se concentrará em discutir, na obra *Estrelas Propícias* (1863), a representação literária do casamento na sociedade portuguesa oitocentista. Para isso, faremos uma análise que levará em consideração a importância do casamento para as famílias dos noivos e como se davam as relações sociais a fim de arranjar um casamento vantajoso. Além disso, não poderemos deixar de observar como Camilo Castelo Branco relatava tais acontecimentos, visto que o narrador camiliano recorre a ironias, denúncias e peculiaridades, fazendo-se presente durante toda a narrativa.

Partindo para o início do romance, o primeiro capítulo é marcado pela interlocução direta com o leitor: Camilo/o narrador fala que, hipoteticamente, se um dia nós navegássemos pelo rio Lima num fim de tarde de agosto de 1844, encontraríamos, sentada num banco, uma mulher segurando uma carta de muitas páginas. O que não conseguiríamos ver, entretanto, eram as lágrimas que percorriam seu rosto e molhavam as folhas. Dada essa cena, poderíamos ficar impressionados com a moça, porém, com o desenrolar da travessia, nos esqueceríamos dela. Caso essa moça acompanhada apenas de uma carta voltasse

² De acordo com Coelho, os “romances educativos” apresentavam cunho moralizante, de forma a guiar seus leitores para um caminho de virtudes. Segundo o estudioso, “Camilo vai oscilando entre dois polos – a independência que se empenha em defender e a dependência inevitável para subsistir” (COELHO, 2002, p. 62).

³ Para nos situarmos na linha do tempo histórica, lembremos de que a sociedade oitocentista vivia o contexto pós-Revolução Francesa, cujos ideais – igualdade, liberdade e fraternidade – não foram aplicados igualmente aos gêneros, de forma que as mulheres continuavam a ter suas liberdades limitadas pelas vontades patriarcais e imposições matrimoniais. Algumas das leis postas em vigor no período da Revolução que visavam o direito feminino “foram a igualdade na herança para ambos os sexos e o divórcio, que colocou homens e mulheres no mesmo plano jurídico” (ALAMBERT, 1997, p. 78); esse último direito foi drasticamente alterado, posteriormente, pelo Código Napoleônico, que estabeleceu que se a mulher abandonasse seu lar, ela poderia ser reconduzida a casa pelo poder público “e obrigada ‘a cumprir seus deveres e a gozar de seus direitos em plena liberdade’” (PERROT, 2009, p. 108). A respeito do divórcio: antes do Código Civil – ou Napoleônico –, na França, tal recurso poderia ser requerido mediante sete justificativas; após a instauração do Código, o número foi reduzido para três (PERROT, 2009, p. 32-33).

à nossa mente e se perguntássemos sobre ela para o narrador, ele responderia com o capítulo que vem a seguir. Esse recurso utilizado – falar da personagem como se ela existisse, de fato – pode ser pensado como forma de dar mais fidedignidade à trama, pois tenta trazer a ficção para a realidade. Essa é uma característica notada por Óscar Lopes em seu texto “Concepção de vida na ficção de Camilo”, em que afirma que, “Como de costume, ou até de um modo mais enfático do que é seu costume, Camilo esforça-se por gerar a convicção de um relato historicamente real, documentado ou testemunhado, e que ele se limita a contar e a comentar moralmente” (LOPES, 1984, p. 61).

A seguir, o narrador explica rapidamente como se dava o processo de escolha dos nomes das personagens. Geralmente, os autores iam buscar inspiração em locais de clima temperado⁴. E continua: “Os nomes de mais música, e mais amáveis, são os das mulheres gregas, se todos soam como os das heroínas de Byron, de Hugo, e dos poetas afeiçoados às coisas orientais” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 9). Nosso narrador, por sua vez, conta que não precisa ir muito longe para nomear suas personagens femininas. Em Portugal há muitos nomes bonitos e, principalmente no Minho, “há peregrinos nomes, que mais parecem ensinados pela melopeia das aéreas músicas, ou dos mui suaves murmurinhos das florestas, dos rios, das aves e dos insetos” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 9). O narrador nos confunde ora afirmando que a história é fictícia (ao explicar os recursos usados para nomear as personagens), ora mostrando-nos que é verídica, ao inserir Corina numa cena real (como na cena da moça no rio Lima).

Após essa reflexão, ele nos apresenta mais detidamente à moça, que tem vinte anos, e menciona que ela tem quatro irmãs, todas sendo lindas e “puras”. Tomamos conhecimento da pureza dessas meninas tanto pela cor da roupa que vestem – branco, que simboliza a paz e a pureza – como pela comparação com Eva antes de seu encontro com a serpente. Apesar de se mostrar despretensioso na descrição das personagens e na escolha dos seus nomes, o autor/narrador ironicamente “se contradiz” ao escolher o nome Corina da Soledade para a sua protagonista: Corina foi uma importante e respeitada poeta que viveu entre os séculos V e III a. C. em Tânagra, na Grécia, e Soledade significa “solidão”⁵. Com a leitura do romance, saberemos que a moça se sentirá solitária em diversas

⁴ É pertinente mencionarmos que os romances conhecidos daquela época eram importados da França e Inglaterra, ou seja, os países de clima temperado mencionado por Camilo.

⁵ Segundo o *Grande Dicionário Houaiss* (2021), “soledade” apresenta três significações: 1) estado de quem está ou se sente só; solidão; 2) lugar ermo, deserto, solitário; retiro; 3) tristeza de quem está abandonado ou só; melancolia, saudade.

passagens, tanto porque está longe do seu amado como pelas atitudes de seu pai, impedindo que os dois fiquem juntos⁶.

Depois de se utilizar de metáforas para descrever as meninas, o narrador se diz avesso a descrições e mais uma vez se compara a outros romancistas nesse sentido: enquanto os demais lançam mão de termos da botânica e da mineração para descrever as moças, ele não consegue seguir esse caminho, porque se concentra em descrever os traços delas e acaba não o fazendo para as características gerais. Abaixo, veremos como Camilo, o autor/narrador, é sarcástico e ironiza esse aspecto descritivo dos romances que integram o Romantismo: em um parágrafo usa o recurso da metáfora e no outro satiriza os autores que a utilizam, dizendo que não sabe nada de botânica:

Flores e pedraria, a alvura do lírio, o escarlate do carmim, o níveo jaspe, o rúbido coral, a lustrosa pretidão do azeviche, a ágata para a cútis das mãos, a pétala de rosa para a das faces, o branco aveludado da magnólia para o colo, o marfim para os dentes... que sei eu! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 10).

A partir de então, conhecemos a família de Corina, que é composta pelo pai, Gastão de Noronha, a mãe D. Mafalda e as quatro irmãs: Felismina, Ema, Elisa e Leonor. Em 1829, eles se mudam para Paris e lá as meninas recebem boa educação. Devido a inimizades do pai, a família precisa regressar a Portugal e, quando chegam, têm de se alocar em sua antiga casa, que havia sido maltratada pelo tempo. Recém-chegados à pátria mãe, Gastão se torna anfitrião de diversos bailes, com a intenção de casar suas filhas com homens bem-sucedidos e de boas famílias. Esse é o primeiro contato que temos com a personalidade interesseira do patriarca, que, com o desenrolar do enredo, se mostrará cada vez mais desmedida.

Seu plano de casamento tinha tudo para dar certo de acordo com seu entendimento, pois as meninas eram bem-educadas, virtuosas e, segundo ele, bonitas, porém, um detalhe não o faz ser bem-sucedido a princípio: a reputação de Gastão e o seu histórico de falência impedem que os rapazes de famílias abastadas se aproximem. O trecho abaixo nos mostra a importância dos históricos familiares dos noivos para a concretização do matrimônio:

⁶ Nossa hipótese da contradição do narrador se confirma quando Felisberto Taveira e Antônio Azevedo, dois personagens importantes para a história, conversam sobre o nome da protagonista. Este diálogo, a nosso ver, é uma forma de o narrador mostrar que a escolha do nome da personagem não foi impensada:

“– Chama-se Corina?

– Da Soledade! Vê tu que nome, que poesia, e que romance! Quanto daria o Eugênio Sue por um nome destes? Quando aquela menina for conhecida dos poetas menores do Porto, todas as poesias se chamam ‘Corinas da Soledade’ [...]” (CASTELO BRANCO, 1863, p. 33).

Imaginou ele [Gastão de Noronha] que suas filhas, educadas a primor, bem falantes, bonitas e graciosas em seu desembaraço, fariam época no Porto, como costuma dizer-se, e seriam pretendidas dos negociantes ricos à conta da sua fidalguia. Esse plano é o único sinal que temos da inteligência domesticamente governamental de Gastão de Noronha. [...]

Os mancebos apaixonados viam as meninas, e viam tudo que mais anelavam; mas os pais destes mancebos, posto que achassem lindas de se verem as flores, iam de preferência analisar o tronco da árvore florida, o qual tronco, como sabem, era Gastão de Noronha. Estas análises ao tronco prejudicavam grandemente as flores, como é de ver, e todos os velhos abastados diziam, à uma, que não queriam enxertias de sua obscura linhagem em árvore podre. Não sei se o nobilíssimo Gastão de Noronha chegou a saber que lhe chamavam árvore podre! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 14-15)

Ainda sobre os arranjos matrimoniais, vale dizer que a busca por um cônjuge, na época, acontecia através de pessoas conhecidas e familiares, geralmente. Michelle Perrot nota que muitos irmãos e irmãs dos(as) melhores amigos(as) se casavam e primos distantes também se tornavam pretendentes. Além disso, existiam as “casamenteiras”, que eram mulheres que faziam a ponte entre os dois potenciais noivos (PERROT, 2009, p. 218-219). Também neste romance veremos as duas primeiras situações acontecerem – ou seja, o casamento entre irmãos de melhores amigos e a união entre primos.

Um outro ponto interessante a ser mencionado é que o enlace por conveniência não era sinônimo de antipatia entre o casal. Muitos maridos e esposas conseguiam se respeitar e manter um casamento bem-sucedido aos olhos da sociedade. Quando aconteciam casos de interesse entre um rapaz e uma moça que, a princípio, não haviam sido pensados como partidos pelas suas famílias, os pais buscavam saber informações sobre o possível pretendente, e isso englobava se era rico, se tinha boa reputação, se fora bem-educado etc. Veremos que Gastão de Noronha buscará saber o perfil de todos os rapazes interessados em suas filhas e tentará ao máximo descartar os que não podem contribuir para a sua ascensão social.

Em um dos diversos bailes frequentados pelas meninas, Corina conhece António de Azevedo. De acordo com a descrição feita pelo narrador, o rapaz não tinha nenhuma característica que o destacasse. Ele tinha vinte e dois anos, não era pálido nem corado e não era uma pessoa feliz nem triste, “[...] um homem igual a todos os homens, como eles são fora do romance” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 18). Notemos que essa observação feita é mais uma sátira às descrições pomposas das personagens de diversos romances da época. Geralmente, a mulher e o homem pertencentes às narrativas do Romantismo – a mulher, em maior grau – são descritos como seres únicos, de uma beleza ímpar,

que arrancam suspiros dos admiradores, em suma, seres superiores aos demais. Aqui, em *Estrelas Propícias*, António é um rapaz normal, sem atributos magníficos.

Além de ser um rapaz ordinário, ele era pobre e não possuía bens em seu nome: sua luta era encontrar um emprego para sustentar suas irmãs que viviam precariamente. Para isso, ele planejava ir ao Brasil para fazer fortuna e, finalmente, dar uma boa vida para sua família. Quando Corina e António se conheceram, não houve, a princípio, juras de amor eterno nem qualquer discurso típico já visto em outros romances. O rapaz desabafa afirmando ser infeliz, pede perdão pela primeira impressão que causara e sai. Ao ouvir isso, Corina "estranhou aquela novidade romanesca que não encontrara exemplo mesmo em Paris" (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 26). Essa situação é uma das cenas de quebra de expectativa que veremos ao longo deste romance – afirmamos ser quebra de expectativa porque ao ler sobre uma história de amor, não pensamos que o primeiro encontro do casal protagonista terá esse ar tão pessimista – e mais uma aparição da ironia camiliana. Essa reflexão é corroborada pela seguinte menção do narrador:

Havia de pensar a leitora que o infeliz ia para as Fontainhas cismar na imagem de Corina da Soledade, contar-lhe os seus infortúnios sem pejo nem das estrelas, consubstanciá-la em sua alma pelo mais fácil dos processos que usam amantes imaginativos; enfim, haviam de pensar os meus amigos que António de Azevedo era um poeta como todos nós os que andamos de noite a namorar senhoras nos luzeiros do firmamento, como se isso servisse de alguma cousa para o amanhã da vida de cada um e de cada uma. Em minha boa e leal verdade hei de dizer-lhes que o bacharel de Barcelos era bastante desgraçado para entender em coisas do coração, que requerem contentamento e paz de espírito. Um homem que medita no presente e futuro de quatro irmãs, reconcentra toda a sua sensibilidade no coração paternal. O coração dos amores conjugais – alvo mais ou menos remoto dos afetos enamorados – esse não se compadece com as tristezas, que gelam e como que endurecem o espírito. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 27-28).

Depois desse primeiro encontro singular, Corina procura por pessoas que conhecessem António e, assim, chega a Felisberto Taveira, amigo do rapaz. Os dois conversam por algum tempo e isso desperta a atenção de Gastão, que logo busca informações a respeito do potencial genro, reafirmando o exposto por nós sobre a postura dos pais dos noivos antes de deliberar ou não sobre a união. Sabendo que Taveira teria de herança trezentos e cinquenta contos, o patriarca acha de bom grado a possível união e resolve conversar com a filha. Ao falar com Corina, ele adota um discurso progressista e diz ser necessário o fim das diferenças entre raças – ele diz isso porque Felisberto possuía dinheiro, mas não

era um membro da nobreza. A filha mais velha de Gastão não consegue resolver o mal-entendido e o pai da moça vai até Taveira. A conversa entre os dois começa de forma agradável, pois Gastão tece muitos elogios ao rapaz, acreditando ser ele o pretendente de sua filha. Felisberto Taveira, por outro lado, acredita que o senhor está falando de António e concorda com as palavras do seu interlocutor:

[...] Pois, meu caro senhor Taveira, penso poder afirmar-lhe que a minha filha está pagando o universal tributo. Descobri que ama! Só o Porto podia fazer tal milagre!
É muita honra para o Porto, senhor Noronha! E muita mais ainda para o homem escolhido.
Que vossa senhoria conhece perfeitamente...
Eu?... - balbuciou Taveira, quase convencido de que o fidalgo aludia a António de Azevedo.
Sim, senhor: conhece-o como às suas mãos, porque vossa senhoria e ele formam dois seres num só ser: são inseparáveis.
Isto acabou de persuadir Taveira, que, na mais cândida boa-fé, acrescentou:
E creia vossa excelência que a pessoa preferida pela senhora D. Corina tem virtudes e coração dignos dela.
Creio, creio, e o meu maior prazer era vê-los unidos, enquanto eu tenho vida e alegria para poder felicitar-me de tão boa união. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 52-53).

Ainda iludido, o pai de Corina mais uma vez investe no tom progressista ao discursar sobre o direito de sua filha de escolher para ser seu marido uma pessoa que ela amasse:

– Agora me convenci – acudiu Felisberto – de que vossa excelência ama sinceramente sua filha, e viu com benignos olhos a inclinação desigual que ela manifestou.
– Inclinação desigual! Eu não sou parvo de fidalgas desigualdades, senhor Taveira! Soberania há uma só, que é a da virtude: o resto são convenções humanas sem critério nem fundamento real. O que eu quero é ver minha filha feliz. [...] Os tempos são outros, senhor Taveira, porque são outros os corações. Violentar a vontade de minha filha!...Deus me feche os olhos antes que eu o faça! Respeito-lhe a inclinação, que ela manifestou, porque sei que a sua dignidade foi a primeira voz que lhe deu conselho (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 53-54).

É importante lembrarmos que a família de Gastão era fidalga, por isso ele se utiliza desse argumento contra as desigualdades. Quando Taveira questiona se Gastão realmente não se importava com o fato de o pretendente não ser rico, o patriarca responde que não; o que ele investigaria era se a pessoa era benquista na sociedade – sabemos que isso é mentira, porque ele quis saber quanto o jovem

receberia de herança. Com essa resposta, o rapaz desfaz o mal-entendido afirmando: “E disseram-lhe a verdade, senhor Gastão de Noronha – confirmou Taveira. – A riqueza de António de Azevedo só bem a podem avaliar os que mais de perto vivem de sua nobre alma” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 54).

Desfeito o equívoco, o pai de Corina se despede do amigo de António afirmando o seguinte: “[...] Queira desculpar um engano, em que vossa senhoria nada perdeu, e rogo-lhe que diga ao senhor António de Azevedo que se preocupe com aspirações mais razoáveis, se não interessa em dar graves desgostos a uma família que vive tranquila” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 55-56). Dito de outro modo, Noronha manda um recado para António aconselhando-o a se afastar de sua família e a motivação para isso é, claramente, a condição financeira do pretendente.

Nesse momento, no núcleo burguês do romance, surge uma nova personagem: D. João de Mattos e Noronha, um fidalgo com cerca de sessenta anos, que é primo distante de Gastão de Noronha e resolve passar uns dias em sua casa para se recuperar de uma doença. Ao se sentir melhor, ele reflete sobre sua velhice e desabafa com Gastão sobre não ter uma esposa. Segundo o narrador, ele era um fanfarrão e a prova disso é que nunca se casara: já havia buscado outras mulheres para se unir, mas nenhuma investida dera certo. Depois de expor a sua situação, o velho diz para Gastão:

– Se eu tivesse vinte anos, pedia-lhe uma das minhas sobrinhas, primo Gastão.

Escolha, primo – disse o pai de Corina apertando-lhe afetuosamente a mão.

Não escolho nem peço nenhuma – tornou o velho. – Veja se me tira vinte anos das costas, e depois pedirei a nossa Corina, que é um anjinho, mas não para mim, que posso ser avô dela. Nada, primo, nada: para desgraçado basto eu.

Façamos um contrato. Eu trato de sondar a vontade de minhas filhas, e especialmente de Corina. Se esta, ou alguma das outras, se mostrar bem disposta a ser sua esposa, o primo D. João não se nega (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 69).

Gastão vai comunicar à sua filha a “boa nova” e explica a ela também que a família corria o risco de perder a casa em que moravam, porque o verdadeiro dono do imóvel – Fernando de Ataíde, primo de D. Mafalda – estava reivindicando-a na justiça. O pai da menina explica que o casamento com o tio rico era imprescindível para que todos que ali moravam não caíssem na miséria. A menina responde:

– As boas intenções de meu pai são providenciar ao futuro de nossa família por meio deste casamento?

- Sim, minha filha.
- Eu com lágrimas lhe digo que não posso servir a este bom intento.
- Porquê? - atalhou o pai entre pasmado e colérico.
- Porque morro, porque hei de morrer antes de ser mulher do tio D. João.
- [...].
- O pai não quer acreditar-me... – atalhou soluçante Corina.
- Acreditar o quê?
- Que me mato, se Deus não levar para si.
- Sei o que é isso... – tornou Gastão escarlate de ira. – É o homenzinho de Barcelos que te há de fazer perder de todo a minha estima. Não tem dúvida: tu te arrependers!... Cuidas que, por ser a mais velha, tem os vínculos? Já te disse que não tens nada. Quando quiseres um vestido, e não haja em casa um objeto que se venda para o comprar, veremos como te vestes com o amor do troca-tintas de Barcelos.
- Disse e saiu enfurecido. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 76-77)

Essa cena confirma o que Jacinto do Prado Coelho defende sobre as heroínas camilianas: na sua *Introdução ao estudo da novela camiliana* (2002), ele observa que as moças, apesar de aparentarem fragilidade, vão se mostrar muito obstinadas a ir contra tudo e todos para fazer seus romances darem certo. Para ele, “[As heroínas camilianas] Sentem que possuem dentro de si uma força extraordinária, mais valiosa que todas as coisas deste mundo; conhecem a grandeza do amor e o valor transcendente do sofrimento por amor” (COELHO, 2002, p. 368), o que vai ao encontro da afirmação de Yvonne Knibiehler, segundo a qual, a partir do momento em que as mulheres manifestam seu desejo de escolher um marido, os conflitos surgem (KNIBIEHLER, 1994, p. 389).

A tentativa do pai foi falha, porém o plano ainda não estava fracassado. Vendo que Ema se divertia muito com o velho, Gastão trata logo de persuadi-la a se casar com ele. A menina aceita e o pai passa a tratá-la como a salvadora da família. Os preparativos para o casamento iniciam o quanto antes e, num dia, durante um banquete, D. João come demasiadamente e se sente mal. O mal-estar não passa e o quadro do velho se agrava. Com isso, Gastão fica desesperado, porque os dois ainda não tinham se casado; portanto, a família ainda estava pobre. O patriarca decide, então, adiantar o casamento e chama um clérigo para realizar o enlace, porém, o sexagenário morre antes de dizer o “sim”. Com este episódio cômico e, ao mesmo tempo, trágico, Camilo nos mostra a que ponto uma pessoa ambiciosa chega para realizar os seus intentos. Gastão de Noronha foi egoísta e somente pensou no sucesso financeiro de sua família.

Como sabemos, António de Azevedo fora ao Brasil e, ao chegar aqui, encontra o doutor Valentim da Costa, que o possibilita alcançar uma boa reputação em poucos meses, aliada ao seu esforço e honestidade. António se apaixonara por Corina, pois ele, nos primeiros capítulos da narrativa, conta para Felisberto que renascera, e agradece ao amigo por ter sido uma ponte entre o

casal e tê-lo salvado de um abismo, que era a tristeza sentida há tanto tempo devido à sua situação. Mas, para sustentar suas irmãs e viver esse amor em paz com a família de Corina, ele precisava vir ao Brasil para adquirir condições financeiras adequadas. Já sabemos que em Lisboa e no Porto ele não conseguira oportunidades para dar início à sua carreira, por isso decidira vir ao Brasil. A moça, por sua vez, sofre demais pela ausência de Azevedo, contraria seu pai e recusa todos os pedidos de casamento que lhe são propostos. Para ela havia três alternativas: ou se casaria com António, ou iria para o convento de Viana ou morreria. Tatiana Moysés evidencia que a postura de António é mais comum do que se imagina no universo camiliano, pois

[...] em muitos personagens camilianos os sentimentos são postos, por vezes, em segundo plano quando concorrem com interesses sócio-econômicos. Ora são as famílias que tentam impedir relacionamentos por conta de incompatibilidades financeiras, ora são os próprios amantes que priorizam o dinheiro em detrimento do amor. Em muitos casos, por conseguinte, o casamento é menos a oficialização da união amorosa que uma tentativa de conseguir vantagens econômicas ou ascensão social. (MOYSÉS, 2015, p. 17)

Atualmente, os relacionamentos à distância são muito comuns, porque conseguimos manter contato com o outro através de diversos dispositivos e ferramentas, porém, na Europa do século XIX, em que a comunicação se dava por cartas e o transporte era somente por via marítima, muitas relações se prejudicavam por causa da distância. Dito isso, António afirma que era difícil deixar Portugal, pois ali encontrara seu amor, mas não desiste do seu enriquecimento. Seu amigo tenta convencê-lo a ficar, dizendo que casais pobres conseguiam se casar e viver uma vida digna, mas isso não convence nosso protagonista. O jovem demonstra sua indignação ao responder:

– Quer-me parecer – retorquiu Taveira – que a linda Corina está sendo ainda pouquíssima coisa na tua alma! Dar-se-á caso que, em verdade, tu sejas refratário ao amor, ou que a tua sensibilidade, como disseste, se consumisse em galantear os ministros da justiça!? [...] Supondo que tu não pudesses, num ou dois anos, alcançar emprego, ou clientela como advogado, é de crer que tivesses um amigo a quem pedisses um, dois, ou mais contos de réis para te estabeleceres aqui, em Lisboa, na tua terra, ou onde quisesses viver. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 58)

Num dia normal de trabalho, chega ao escritório Fernando de Ataíde desejando resolver sua questão judiciária – isto é, a disputa com sua prima, D. Mafalda, pela casa em que esta mora junto com sua família. Ao saber para que veio o fidalgo, António vê uma oportunidade de resolver amigavelmente a

situação de Corina e seus familiares: ele pergunta a Fernando qual era o objetivo de tomar desta empobrecida família a casa, sendo que ele era muito rico e não precisava do imóvel.

- Os bens são meus; não são da minha prima Mafalda – redarguiu Fernando com desabrimiento.
- Convenho que são seus. Os bens que legitimamente possui sua prima são cinco filhas. Se o senhor tirar àquela família as terras de que viviam, sua prima e seu primo e cinco meninas terão fome; ao passo que o senhor Fernando de Ataíde não saberá que fazer essa parcela, que acrescenta à sua abundância. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 110)

É importante sublinharmos que a disputa pela casa entre Fernando de Ataíde e D. Mafalda é desenvolvida na justiça entre Fernando e Gastão de Noronha. Esse episódio está não somente alinhado ao senso comum, mas também ao Código Civil Português de 1867. Os artigos 1189 e 1190 do referido documento mencionam que os bens do casal são administrados pelo marido – exceto em caso de ausência dele. Se a esposa precisasse tomar à frente da administração, ela precisava de uma autorização da família, bem como devia ser amparada pelo Ministério Público. Como Gastão detinha pleno funcionamento de suas faculdades mentais e físicas e não estava ausente, ele foi o representante de sua família no âmbito judicial.

Fernando de Ataíde se convence dos argumentos de António e Valentim e parte para Portugal para selar a paz com a família. Engana-se quem pensa que isto foi feito de maneira convencional: Fernando muda de nome para “Carlos Zuzarte” e pede para ficar uns dias na casa de Gastão, afirmando ser amigo do Visconde da Cruz (ou seja, Felisberto Taveira, o amigo de António de Azevedo que o apresentara a Corina). O rapaz é muito bem recebido pela família anfitriã e ele se encanta com Felismina. Observando que estava nascendo um romance entre sua filha e Zuzarte, Gastão trata logo de saber quem é este homem. Visconde da Cruz o informa de que é um senhor muito rico, proprietário de terras, navios, prédios e outros bens. Obviamente, Gastão fica radiante de felicidade e informa à sua esposa da possível boa nova. Aqui, veremos, mais uma vez, o quanto ainda era importante a questão do nome para a reputação da pessoa. Apesar da importância, esse é um detalhe que a fortuna rapidamente corrige:

- Gastão sorriu-se e passou avante, dizendo a Mafalda:
- Tenho a certeza de que é riquíssimo o brasileiro.
 - Mas plebeu, não é?
 - Não averigüei: há de ser naturalmente. Mas que pensas tu? Do modo como por cá está isto, o homem, se quiser, é conde amanhã. Tem cinco navios, Mafalda! Que te parece? As intenções dele serão boas?

– Creio que sim. A pequena simpatiza verdadeiramente com ele. Pareciam dois tolos a brincar à roda do tanque, e assim que o Carlos lhe pede que cante modinhas brasileiras, ela aí vai logo ao piano, e ele morre por ouvi-la. Quando isto é de quatro dias, que fará se ele demorar?

– Era uma felicidade, Mafalda! Fortuna de milhões! Então é que dizíamos um adeus à aldeia e a estes parvos cá do Minho, que fazem consistir a sua grandeza nobiliárquica em terem dois ciprestes à porta, quatro patos reais num tanque, e um lacaio com grandes botas... Ainda tenho esperanças de voltarmos a Paris! Aquilo é que é viver! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 150)

Dias se passam, e Carlos Zuzarte continua com o seu disfarce até o momento em que o interesse por Felismina se torna mais forte. Num certo dia, ele revela sua identidade, é recebido com abraços pela família de Corina e, enfim, pede sua amada em casamento. É claro que Gastão concede e o casamento acontece poucos dias depois. Durante a cerimônia, um dos convidados conversa com Gastão a respeito de Corina. O senhor Bernardo Taveira, pai de Felisberto Taveira, o visconde da Cruz, conhecia António de Azevedo e sabia de sua boa índole. Ao conversar com Gastão, ele afirma que o rapaz era um exemplo de virtude e, caso tivesse uma filha, daria sua mão para o advogado. Sem reação, o pai de Corina não responde; então, o senhor diz o seguinte, dando, assim, um direcionamento favorável para o casal protagonista:

– Demora-se a responder, senhor Gastão! - disse o velho com ar triste.

– Eu não queria que os rogos dos moços valessem mais com vossa excelência, que as minhas singelas palavras. Se alguém aqui pedir mais do que eu, há de ser a noiva. Senhora D. Corina, venha comigo: há de ajoelhar aos pés de seu pai!

– Ergueu-se o trêmulo ancião, e tomou a mão de Corina, que era toda púrpura e lágrimas.

– Gastão, sem balbuciar um monossílabo, fez sinal afirmativo, recebeu a filha nos braços, e osculou-a na testa. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 161)

Diante de tamanha alegria, Corina desmaia nos ombros da mãe. António, do outro lado do Atlântico, recebe a feliz carta de Corina contando as boas notícias que sua família recebera nos últimos tempos e o chama para retornar ao seu país de origem. A moça esperava que ele, após o consentimento de Gastão, pegasse o primeiro navio para se casar com ela, porém, o orgulho do rapaz não permitia que ele desse tal passo. Ele decide não ir mesmo sabendo que seria malvisto pelas pessoas. A explicação de António é a seguinte: “[...] cuido em ganhar a minha independência. Corina é filha de Gastão de Noronha, e eu sou quem era, quando saí de Portugal. Estou pobre como vim. A pátria para mim é

meramente a terra onde nasci; não é independência” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 166-167). Nessa explicação, percebemos que o orgulho do advogado fala mais alto: ele, mais uma vez, opta pela riqueza, por ser bem-sucedido (e ganhar mais do que o suficiente para manter a família), do que ir para os braços de sua amada.

Após a notícia de António, Corina, obviamente, fica desolada e os familiares pensam em arrumar-lhe outro pretendente, visto que o rapaz era um “caso perdido”. Mais uma vez o pai da menina vai até ela dizer-lhe que três bons partidos estavam interessados nela: um morgado de Vilar da Rocha, um filho do marquês de Travassos e o barão de Teixeira. Para os três, a resposta de Corina é não. Para ela, era preferível a morte ao casamento com um estranho. A moça não se encantava com a riqueza e pompa e não gostava de frequentar os bailes e os banquetes. Seu pai, inclusive, acreditava que a filha era “insensível ao prazer de se ver amada, e mais ainda ao de receber satisfeita a corte de algum moço” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 52).

Nesse episódio, vemos a diferença de atitude entre o casal: enquanto António pode optar por não se casar e seguir sua carreira, os familiares de Corina sequer esperam a moça se recuperar da tristeza de saber que seu amado não retornaria; a menina já deveria buscar um outro pretendente e que fosse, de preferência, rico. Além disso, ela não poderia escolher o trabalho como forma de superar esse amor. Ela somente poderia ou casar-se com outro ou se matar.

A decisão de António não é condenável. O que gera inconformismo é o fato de a mulher não ter a mesma opção que ele. Ela não podia escolher entre o trabalho, uma vida bem-sucedida e o casamento. Era imposto às mulheres que se dedicassem ao asseio da casa e aos cuidados do marido e dos filhos⁷, mas devemos ressaltar também que aquelas pertencentes às camadas populares trabalhavam – era necessário para complementarem a renda familiar –, e suas funções realizadas eram de costureira, cozinheira e outras que fossem uma extensão dos seus trabalhos domésticos, ou seja, não era permitido que elas trabalhassem em outros lugares frequentados majoritariamente pelos homens.

Gastão fica indignado com a resposta de Corina e diz que ela é a vergonha da família. Ao ouvir isso, Felismina confronta o pai. Vejamos como o narrador é

⁷ A respeito do trabalho doméstico feminino, Sílvia Federici desenvolveu um importante trabalho de reflexão sobre a importância do trabalho não assalariado para o sistema capitalista. Em seu livro *Calibã e a Bruxa* (2019) e em demais obras, Federici argumenta que o trabalho doméstico é um dos principais pilares do capitalismo, porque ele cuida dos trabalhadores e dá origem a futuras mãos de obra assalariadas. Nessa configuração, a mulher cuida da casa, prepara a comida, lava as roupas e realiza os outros diversos afazeres para que o marido, ao chegar à casa, tenha o devido descanso para trabalhar no dia seguinte. Além disso, é ela quem gera os futuros trabalhadores e precisa dedicar um bom tempo da sua vida para educar a criança a fim de que ela, futuramente, entre no mercado de trabalho e, conseqüentemente, faça parte das engrenagens capitalistas. A diferença entre o trabalho do marido e o da esposa é que o dele é remunerado e o dela não.

satírico nesse episódio, ao destacar que a moça impõe respeito por causa da sua fortuna:

– Que vergonhas dá ela à família? – perguntou Felismina com os jeitos especiais de quem tem dois milhões.

Gastão involuntariamente respeitou a interpelação da filha milionária. A bem dizer, a pergunta era irrespondível. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 179-180)

Dias se passam e a protagonista do romance tem uma grave crise de saúde, que somente se recupera quando seu cunhado, Fernando de Ataíde, resolve partir para o Rio de Janeiro e levá-la para que se encontre com António. A viagem é feita sem o conhecimento do noivo e, em vinte e nove dias, os três chegam ao Brasil. Com isso, o casal consegue se encontrar graças a Corina, que precisou cruzar o Atlântico para viver esse amor. A moça precisou deixar sua vida e família em Portugal para se casar com António, enquanto ele traçava planos abstratos e longínquos para os dois.

No trecho a seguir, o narrador do livro interrompe o momento de romance e felicidade do enredo e insere uma intromissão, comunicando-se com o seu leitor de maneira amigável e informal:

A este tempo, chegava António de Azevedo Barbosa ao cais.

Adivinhou, com efeito? – pergunta o leitor.

Nem sombra de pressentimento, meu amigo!

O que trazia ao cais, e a bordo de um navio, António de Azevedo, é sucesso infausto que tem uma história concisa, mas necessária. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 183)

A história a que o trecho se refere é sobre o irmão de António, que veio fugido de Portugal porque roubara o seu patrão e se endividara com jogos de azar. Chegando ao Brasil, tenta refazer sua vida sendo guarda-livros, porém, a notícia chega até António, que o faz voltar para sua pátria e lhe dá dinheiro para restituir seu antigo patrão. O amado de Corina estava no cais quando o navio dela estava prestes a atracar. Com esta cena, Camilo comenta, de forma irônica: “Olhem a felicidade de Corina e a felicidade de António de Azevedo!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 187).

Enfim, é chegado o momento mais esperado do romance: António e Corina se reencontram e, mais uma vez, a forma que Camilo descreve este episódio não atende às expectativas dos demais romances. Não só a descrição dos acontecimentos foge à expectativa como a reação de Corina é completamente diferente do esperado. Ela sempre se mostrara uma menina frágil, delicada e sensível; acreditava-se que seu temperamento se seguiria dessa forma, mas,

contrariando a todos, Corina vai correndo para os braços do seu amor, conforme está descrito a seguir:

E cuidam que ela empalideceu, desmaiou, ou, pelo menos, expediu um ai de procedência dramática?

Não, senhores. Corina entrou de corrida, leve como um gnomo, a rir e a chorar, purpureada, com os olhos a saltar-lhe fora da face, os braços abertos e convulsos, a respiração como tomada, e os lábios crispando nervosamente, sem poderem proferir o quer que era de que só os dramaturgos acham sempre uma expressão insípida, incolor e inverossímil.

António de Azevedo é que (sem desaire seja dito) deu uns ares de idiotismo, que, na cena, seriam lastimáveis! [...] (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 192).

O penúltimo capítulo apresenta um tema que devemos criticar severamente, pois são valores inadmissíveis que, infelizmente, à época, eram bem aceitos. Antes de adentrar nisso, é pertinente mencionar que António e Corina se casam e vão morar numa modesta chácara no Rio de Janeiro. Retomando à crítica, o primeiro tema é a insensibilidade e hipocrisia de Valentim – o advogado patrão de António – a respeito da situação das seis pessoas escravizadas que estavam sob seu poder. Num dado momento do romance, o senhor pede para morar com o casal, alegando estar muito velho e não querer mais viver sozinho. Valentim alega que quer dar a liberdade a essas pessoas, porém, elas não a aceitam. Vejamos o trecho:

Tenho lá três pretos e três pretas a quem quero dar liberdade, e os diachos não a querem! Olhem que é forte mania a dos que dizem que a escravidão é o antagonismo permanente com a ideia de Jesus! Se os meus pretos fossem novos, e eu lhes desse liberdade, os pobrezinhos, em vez de irem aos seus sertões respirar ar livre, assoldavam-se a senhor que os carregava de trabalho; ora, como os meus escravos são velhos, os coitados não querem a liberdade, que para os de sua espécie é uma palavra vã. Pois se eu me não posso, nem devo desfazer deles, peço-vos que mos deixeis trazer comigo para a vossa companhia [...]. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 202).

É importante fazermos um adendo porque essa fala – que é a representação de milhares de pessoas da época, não sendo o que Camilo pensava, necessariamente – é, no mínimo, muito infeliz, porque, como sabemos, naquele período as pessoas libertas não tiveram nenhum amparo governamental, nenhuma política pública fora direcionada a elas. Pelo contrário, as leis em vigor impediam-nas de direitos básicos de que os brancos dispunham, como, por exemplo, a lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 (artigo 3), que proibia os escravos e

peças pretas africanas de frequentarem escolas públicas, mesmo as livres e libéras. Além dessa, temos a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 e o decreto 847, de 11 de outubro de 1890 (artigo 402, parágrafo único), que proibiam os negros de possuírem terras e de praticar a capoeira, respectivamente. Por não terem para onde ir e o que fazer para garantir o seu sustento, muitos deles permaneciam nestas condições. Assim que saíam das casas de seus senhores com a alforria, eles não conseguiam um trabalho remunerado e minimamente regulamentado – sem mencionar que todas as suas práticas eram criminalizadas, como a capoeira. Suas funções se resumiam a empregos subumanos, iguais aos que realizavam quando eram “propriedade” de alguém. Infelizmente, esse era um pensamento e prática que contaminou o senso comum da época e os rumos econômicos do Brasil – lembremos que a economia de nosso país foi pautada, por séculos, na mão de obra escravizada. Sem ter emprego, condições de estudar e moradia, o destino dessas pessoas era ou trabalhos análogos à escravidão, ou a morte ou a prisão.

Quando Valentim se oferece para morar junto com o casal, ele salienta que irá arcar com as despesas da casa: dividirá igualmente o aluguel da chácara e o que for relativo à cozinha estará sob responsabilidade de Corina, o “anjo dos lares”. Essa cena é um retrato da situação da mulher casada no século XIX: como sabemos, a mulher era restrita ao âmbito doméstico e isso não mudava com o casamento. Nessa nova etapa, ela precisava administrar a casa, a vida do marido e os filhos. Diversos manuais de conduta foram publicados e eles focavam nas funções da mulher, que era encarregada do bom funcionamento da família tanto no âmbito interno – desde as refeições até os serões – quanto no âmbito externo – recepções, visitas e outros. A mulher deveria cuidar de sua casa, pois ela refletia seu caráter: se a casa estava em ordem e bem cuidada, ela poderia ser considerada uma boa pessoa. Caso contrário, seria malvista pelos visitantes.

Ainda no penúltimo capítulo, o narrador nos informa que Fernando de Ataíde compra um título de visconde do Ameixial – o que reforça a importância social que um título possuía – e comenta o quão barato fora comparando com uma comenda adquirida tempos atrás. Também sabemos que Gastão de Noronha parte para Paris junto à sua esposa e sua filha mais nova (que era a única solteira). A justificativa dada era que a família iria comprar móveis para seu palácio em Lisboa, porém não é a mesma versão contada pelas pessoas que conheciam o patriarca: o real motivo da partida foi para que Gastão esquecesse de umas duquesas pelas quais se encantara.

[...] os indiscretos portugueses que então estavam em França, disseram que o ainda robusto Gastão de Noronha foi espiaecer saudades de uma duquesa, ou duas duquesas, ou mais seriam, que, pelos modos, em Paris, isto de amar quatro duquesas é coisa mais que frequente a quantos portugueses lá vão, como eu tenho visto nos apontamentos de

peessoas que lá estiveram quinze dias. D. Mafalda é que há-de saber a verdade de tudo. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 204-205).

Com esse trecho, nos questionamos se Mafalda realmente sabia dos casos extraconjugais do marido e, caso soubesse, se ela devia aceitar toda esta situação de forma passiva. Provavelmente, as falas populares estavam certas, porque muitas mulheres sabiam da infidelidade de seus maridos, mas não tomavam nenhuma atitude quanto a isso porque não tinham condições de se sustentar, sem contar com a mancha na honra que certamente iriam adquirir perante a sociedade. O adultério feminino era um motivo válido para a separação do casal perante o artigo 1204º do Código Civil Português. Já a esposa deveria ser mais compreensiva com seu marido, porque os motivos para ela fazer um pedido de separação eram apenas três: concubinato explícito, condenação do cônjuge a pena perpétua e injúrias graves.

Um último ponto para comentarmos antes do epílogo é o reforço de um estereótipo muito atribuído à mulher: a opinião de que elas são facilmente ludibriadas pelo dinheiro e riqueza. Isso vem à tona porque Corina e António percebem que o dinheiro que tinham guardado havia sumido e, coincidentemente, uma mulher escravizada tinha fugido de sua casa na mesma semana. É claro que a culpa recai sobre a mulher, e o senhor Valentim afirma isso com muita convicção. Corina dá razão para o ancião e fica muito aflita. Seu marido, por sua vez, acalma-a e diz que aquele dinheiro nunca tinha feito diferença no orçamento da família; portanto, não havia motivo para tamanho desespero. A resposta da esposa foi a seguinte: “ – Tens razão! – exclamou ela. – Estou alegre! Perdoa à minha fraqueza de mulher, sim? Quem me visse chorar, julgaria que eu amava aquele dinheiro inútil!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 207).

Essa fala de Corina serve para depreciar a si mesma e reafirmar o perfil de feminilidade da época⁸, que era a da mulher frágil e que se deixava convencer pelas coisas mundanas. Vimos que a esposa tinha que até mesmo pensar exatamente como o seu marido; isto é, não lhe era permitido ter opinião própria. Afirmamos isso porque Corina não tinha o direito de lamentar a possível perda do dinheiro, porque não é assim que António pensava. Caso ela continuasse com as lamentações, certamente seria julgada como interesseira, mesquinha e outras características depreciativas.

Não estamos, com isso, incentivando a rivalidade feminina nem reforçando as suspeitas sobre a moça que fugira. A questão que pretendemos levantar é sobre a opinião da esposa, que não pode ser ressaltada frente à do

⁸ Na verdade, o estereótipo da “mulher interesseira” atravessa toda a história da Humanidade: se pararmos para refletir, isso é visto desde Adão e Eva – segundo a Bíblia, é graças à ambição de Eva que o casal foi expulso do paraíso e que o pecado nos cerca.

marido. No final, Valentim confessa que fora ele quem furtara o dinheiro, a fim de testar a honestidade do casal protagonista.

Corina age exatamente assim: a moça não tem vontades próprias. Como já dito, ela não pode expressar tristeza pela perda do dinheiro porque isso não estava alinhado aos pensamentos do marido. Durante todo o romance, ela expressa sua subjetividade apenas em relação ao fato de não poder se casar com António. Após isso, não vemos mais a expressão de seus desejos, o que desenha a realidade da mulher oitocentista.

Partindo para o final do romance, mais precisamente no epílogo, temos que Valentim morre, deixa sua herança para o casal e eles partem para Portugal junto com os serviçais. Chegando no Lima, encontram-se com suas irmãs e cunhados. Gastão e sua família retornam de Paris, mas não vão ao encontro das filhas, porque partem direto para Lisboa. A respeito disso, o narrador afirma: “Gastão de Noronha estava já em Lisboa, de volta de França, onde se deteve um ano a comprar a mobília. Aquelas duquesas eram os seus pecados!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 217). Atentemos ao seguinte: o significado de “duquesa” vai além ao do título de nobreza. Duquesa também pode ser um tipo de seda e um tipo de poltrona em que a pessoa pode descansar com as pernas esticadas⁹. Camilo foi muito perspicaz nessa ironia, porque logo após ter dado a informação de que Gastão foi a Paris comprar mobília, ele menciona que as duquesas são os seus pecados. Não se pode afirmar que tipo de duquesas são essas.

Finalmente, Gastão se encontra com sua filha Corina e, então, temos um breve diálogo entre ele e António, em que o sogro presenteia seu genro com uma comenda da ordem de Cristo e pede para que o casal vá morar em Lisboa, porque lá eles desfrutariam de uma boa vida, digna da fortuna que agora têm. Além disso, segundo ele, Corina não fora feita para viver em Barcelos. O casal recusa o convite e continua na terra natal de António.

O romance termina com o narrador contando que se passaram quatorze anos, ninguém mais morrerá e quase todas as mulheres da história estavam casadas, exceto Elisa, a irmã caçula de Corina, que já possuía 31 anos. Camilo, mais uma vez, faz uma intromissão e oferta a mão de Elisa para o leitor, caso ele seja solteiro e rico – mais uma vez satirizando a sociedade que só se importa com as aparências e com o bolso. Caso o leitor se interessasse e se casasse com a menina, o autor, com prazer, acrescentaria o ocorrido na segunda edição do romance. Aqui também sabemos o destino da comenda que Gastão deu para António: o filho mais velho dele a amassou e a atirou num poço. “Que grande

⁹ Recorrendo, mais uma vez, ao *Grande Dicionário Houaiss* (2021), o termo “duquesa” apresenta cinco significados: 1) senhora que possui o título honorífico correspondente ao de duque; 2) soberana de um ducado; 3) mulher do duque; 4) poltrona com assento longo para que o indivíduo nela sentado possa apoiar e descansar as pernas esticadas; 5) espécie de seda com um lado fosco e outro brilhante; cetim.

democrata se está ali criando!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 221) – essa é, claramente, a opinião expressa do narrador e o seu desprezo aos títulos nobiliárquicos.

Jacinto do Prado Coelho sintetiza a novelística camiliana com a seguinte frase: “Dois amantes em luta com uma sociedade injusta” (COELHO, 2002, p. 367), e é justamente o que vimos neste romance. Óscar Lopes vai ao encontro de Coelho e afirma que, geralmente, os enredos camilianos nos apresentam um amor impossível, no qual o casal deve enfrentar obstáculos como o ódio entre as famílias e o casamento por conveniência. Tais obstáculos sociais constituem ora como um “manifesto antiaristocrático”, ora como uma crítica contundente à burguesia, sobretudo do Porto e do Brasil, que enriquecera de forma condenável (LOPES, 1984, p. 54). Podemos ver que o exposto pelo pesquisador se aplica a *Estrelas Propícias*, no qual Corina e António vivem um amor quase impossível (“quase” porque eles se casam, apesar das adversidades), e um dos obstáculos fora Gastão de Noronha, que tinha outros planos matrimoniais para a filha. Além disso, temos as diversas críticas à sociedade burguesa da época através de sátiras e comentários ácidos.

Além de contar a trama principal, que é o amor entre Corina e António, e de abordar o casamento na sociedade, podemos perceber claramente que Camilo também aproveita para esbanjar a sua habilidade de satirizar de forma sutil: ele zomba o tempo todo neste livro, como já visto, dos romances que faziam sucesso na época. Em um dos momentos em que António lamenta a sua má sorte, nosso autor interrompe a sua fala enorme e afirma o seguinte: “Eu tenho a sisudez de poupar o leitor ao muito mais estirado discurso do bacharel. Falou muito, como falam os misantropos quando uma luzinha de esperança lhes lampeja na sua escuridade. A sua esperança sorria-lhe de além-mar, do céu hospedeiro do Novo-Mundo” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 39). Ou seja, aqui, ele infere que o discurso do rapaz era cansativo e poupa seu leitor de ter de encarar uma fala desse tipo – e, conseqüentemente, isto é um escárnio à personalidade melancólica das personagens românticas. Luciene Pavanelo traz uma contribuição muito pertinente nesse sentido. Ela afirma:

Camilo nos mostra, através de romances como *O que fazem as mulheres*, uma visão crítica do fazer literário de sua época, como uma forma de distinguir a sua obra do restante da produção oitocentista vigente. Pelo interesse que ainda desperta, mais de um século após a sua morte, podemos afirmar que foi bem-sucedido: o bruxo de Ceide garantiria o seu lugar na História. (PAVANELO, 2009, p. 12)

Não podemos analisar este romance sem nos esquecermos de uma figura que foi tão importante para a história quanto os próprios protagonistas: o narrador. Ele interrompe o curso, satiriza, exprime comentários ácidos e

opiniões, conversa com seu hipotético leitor e até mesmo ri de suas personagens. Jacinto do Prado Coelho nota que, “Longe de ser um ‘cronista’ objetivo e frio, o narrador-autor faz sentir a cada passo a sua presença, exprime a cada passo ora as reflexões (não raro irônicas, maliciosas, mordazes) ora as emoções que a matéria da narração lhe provoca [...]” (COELHO, 2002, p. 397).

A respeito da ironia camiliana, Coelho traz para nós mais reflexões importantes que devemos salientar aqui. Para Camilo, a ironia em seus romances serve como uma válvula de escape para a vida real, e o Romantismo é o alvo principal do nosso autor, “[...] porque o Romantismo é, no sentido mais fundo, tensão dos contrários, crise e sentimento de crise, consciência das próprias contradições” (COELHO, 2002, p. 384). Neste romance analisado, pudemos perceber as diversas vezes em que Camilo Castelo Branco ironiza este movimento literário, seja mencionando sobre o emprego de incontáveis metáforas para descrever uma personagem, seja criticando sutilmente os enormes discursos de um jovem apaixonado e infeliz com seu destino.

Sim, este é um romance em que Camilo tenta agradar suas leitoras – afinal, ele vive de sua pena –, porém, mais do que isso, este é o romance em que nosso autor esbanja jocosidade. Podemos imaginar o quanto Camilo se divertiu escrevendo. Aqui, ele riu de praticamente todos: riu da sociedade e dos valores frágeis em que ela se apoiava, riu da família de Corina e, sobretudo, riu da instituição casamento.

Estrelas Propícias é um romance que trata mais da vida privada de suas personagens do que da vida pública. Afirmamos isso porque não há relatos detalhados das reuniões e demais encontros e cerimônias das personagens, que em sua grande maioria pertencem à classe burguesa. No início do enredo, sabemos que o patriarca da família protagonista resolve dar vários bailes para suas filhas, mas nenhum desses eventos foi detalhado. A respeito das outras demandas da vida pública, somente temos acesso ao seu desenrolar ao tratar das relações sociais, interesses matrimoniais e os valores da época. É claro que o âmbito externo influencia a vida particular das pessoas, como as regras de etiqueta, estilo de vida, modas etc.

A respeito das características subjetivas dos personagens camilianos, temos que os desta narrativa apresentam constância em relação ao caráter e personalidade, não havendo mudanças bruscas no modo de pensar e agir. Óscar Lopes nota que “[...] as personagens integradas no esquema central são, em regra, pintadas a branco ou a preto, encaminhando de um modo nitidamente bipolar as simpatias e as antipatias dos leitores” (LOPES, 1984, p. 59). Isso é válido para este romance na medida em que todas as personagens mantêm suas condutas e não demonstram desvio de caráter: a título de exemplo, António começa e termina a narrativa sendo um homem honesto e honrado; Corina, da mesma forma, sempre se mostra virtuosa e resiliente.

A partir de Fernando de Ataíde/Carlos Zuzarte e António, é interessante discutirmos o papel do brasileiro “torna-viagem” e sua importância para casamentos que visavam a ascensão social. Rosemary da Silva Granja observa que o termo “brasileiro” não se referia apenas às pessoas nascidas no Brasil. Também recebiam esta alcunha os portugueses que aqui viveram para fazer fortuna e retornavam para seu país de origem. Mesmo passados muitos anos do regresso, eles ainda eram chamados de brasileiros (GRANJA, 2009, p. 21). Podemos encaixar nessa definição as personagens António e Fernando, porque os dois vivem no Brasil durante uma parte da narrativa. Fernando é descrito como brasileiro, porém, não sabemos se ele nascera aqui, visto que, como mencionado, os portugueses de torna-viagem assim são alcunhados. António também é visto como tal, porque recebe uma herança de seu chefe Valentim e retorna para Portugal com dinheiro suficiente para viver de forma confortável. Tatiana Moysés nota que o “brasileiro” torna-viagem é uma peça importante no mercado matrimonial porque, geralmente, esta pessoa retorna muito mais rica, portanto, “[...] é o típico noivo financeiramente conveniente e socialmente apetecível” (MOYSÉS, 2015, p. 170).

Camilo tenta nos mostrar que a vida privada de uma família burguesa não é tão perfeita como se mostrava na sociedade, mas sim repleta de conflito de interesses, manutenção das aparências, briga por dinheiro e diversos outros motivos. Aliás, este romance evidencia a fragilidade dos valores burgueses ao pautar o bem-estar e a felicidade em bens materiais e em relações que mantêm as aparências. Devemos ter em mente que a literatura é, muitas vezes, uma representação da sociedade em que está inserida; portanto, esses conflitos também eram muito comuns na vida real. No século XIX, a família encontrava-se num momento de incompatibilidade de valores: ao mesmo tempo que se mostrava como um símbolo de honra, em que o bem da instituição deveria estar acima dos membros em si, ela sofria pressões de certas demandas como o igualitarismo e individualismo, que, apesar de não serem tão notórios a princípio, causavam pensamentos “subversivos” nos componentes. Para complementar esse pensamento, vejamos o que observa Perrot a respeito da honra familiar:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. [...] O erro comprometedor de um membro seu mergulha-a num constrangimento cruel. [...] De modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. [...] Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha (PERROT, 2009, p. 250).

O que vimos em *Estrelas Propícias* é justamente o que foi descrito acima: um patriarca de uma família nobre falida, porém, com um nome a zelar, que buscava a todo custo casar suas filhas para, além de ascender socialmente, manter a honra ilibada, de forma que era impensável, a princípio, que sua filha mais velha se casasse com um rapaz pobre que não morasse na capital portuguesa, sendo necessário destacar o impacto socioeconômico nas trajetórias das personagens. Todos esses temas foram discutidos no romance a partir da história de amor entre Antônio e Corina – e é esse e outros tópicos que evidenciam a importância deste romance. Com isso, queremos dizer que Camilo Castelo Branco não tratava do amor pelo amor, ou seja, não tratava de uma história de amor sem a ela estar atrelada questões de ordem histórica, econômica, filosófica e de outras áreas. Tatiana Moysés (2015) sublinha que o enlace de dois amantes serve como mote para discussões sobre matrimônio e patrimônio, as relações entre portugueses e brasileiros, a ascensão social etc. É isso que, a nosso ver, faz de Camilo um autor que vai muito além de ultrarromântico e que deve ser tema de discussões na academia e ter sua fortuna crítica ampliada.¹⁰

Referências

ALAMBERT, Z. *Mulher: uma trajetória épica* (esboço histórico – da antiguidade aos nossos dias). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S. A. IMESP, 1997.

BRASIL. Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839. Sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *Revista História da Educação*, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 18, 2005.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio*, Rio de Janeiro, 18 set. 1850. Fl. 57 do livro 1º dos Actos Legislativos.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. *Coleção de Leis do Brasil*, p. 2664, v. x, 1890.

CASTELO BRANCO, C. *Estrelas propícias*. 6ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1965 [1863].

¹⁰ O presente artigo foi extraído do capítulo 3 da Dissertação de Mestrado “A representação do casamento em *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863), de Camilo Castelo Branco”, da referida autora, defendida em 07/02/2022. Esta pesquisa de mestrado foi financiada pelo CNPq por meio de bolsa de estudos.

COELHO, J. P. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3a. ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.

Grande dicionário Houaiss online. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2021. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>

GRANJA, R. S. *Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar – A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-01022010-173537/publico/ROSEMARY_SILVA_GRANJA.pdf

KNIBIEHLER, Y. Corpos e corações. In: Fraisse, G. Perrot, M. (Dir.). *História das mulheres: o século XIX*. Trad. Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

LOPES, O. Concepção de vida na ficção de Camilo. In: *Álbum de família*. Ensaios sobre autores portugueses do século XIX. Lisboa: Editorial Caminho, SARL, 1984. p. 53-67.

MOYSES, T. F. A. *Cálculo, prestígio e interesses: o amor em outra perspectiva na ficção de Camilo Castelo Branco e Manuel António de Almeida*. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-11012016-125541/publico/2015_TatianaDeFatimaAlvesMoyses_VOrig.pdf

PAVANELO, L. O olhar camiliano sobre o contexto literário oitocentista: metalinguagem e paródia em "O que fazem as mulheres". *Revista Desassossego*, v. 1, n. 1, p. 140-151, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/desassossego/article/view/47627/51367>

PERROT, M. (Org.). *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. Trad. Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PORTUGAL. *Código Civil Português de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968 [1867].

SPERB, C. M. *O mito nos fragmentos de Corina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.